



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OXÍMORO OU TRAJETÓRIA POSSÍVEL DE
EVOLUÇÃO?**

Daniel Lemos Jeziorny

alemaodaniel@gmail.com; daniel.jeziorny@ufba.br

Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Brasil.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

El objetivo es acercar ideas que rodean alrededor de ciertas corrientes que, por su turno, toman lugar en el pensamiento crítico acerca de la forma de apropiación de la naturaleza en el capitalismo. Puntos de la Ecología Política, de la Ecología Social y del Ecomarxismo son tangenciados, como esfuerzos teóricos que comparten elementos en común: a la vez que identifican la crisis ambiental como un aspecto de crisis de un modelo civilizatorio.

ABSTRACT

The objective is to bring together circulating ideas between currents that take place in critical thinking about the form of appropriation of Nature in capitalism. Points of Political Ecology, Social Ecology and Ecomarxism are touched upon as theoretical efforts that share common elements regarding the nature of the appropriation of Nature. In such a way that they identify the crisis as an environmental aspect as a crisis aspect of a civilizing model.

Palabras clave

Ecomarxismo; Ecología Política; Economía Ecológica;

Keywords

Ecomarxism; Political Ecology; Ecological Economics;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

O modo de produção capitalista avança. Em seu processo de evolução, as repercussões sobre o espaço (geográfico) e sobre a Natureza são cada vez mais significativas. A própria Revolução Industrial é emblemática nesse sentido, ao marcar a passagem do Holoceno ao Antropoceno, inaugura uma nova fase do metabolismo social, cuja forma de interação do homem com o espaço modificara-se notavelmente. Com efeito, é necessário reconhecer que a era moderna, mais do que qualquer outra, requalifica e intensifica as repercussões da ação humana sobre a Natureza. A rigor, muitas destas repercussões manifestam-se sob a forma de problemas – para não mencionar catástrofes – ambientais.

No que toca a produção de conhecimento, a incorporação da variável ambiental nos projetos de desenvolvimento econômico passa a ser tratada pelas mais diversas escolas do pensamento, inclusive o social aplicado. Na seara da Ciência Econômica, por exemplo, existem diversas correntes que advogam em favor de soluções distintas aos problemas decorrentes da depleção dos “recursos naturais”.

De maneira geral, a economia neoclássica, por intermédio de sua vertente “Economia Ambiental”, advoga que a saída aos problemas ambientais passa fundamentalmente pelo mercado. Dessa perspectiva, o “desenvolvimento sustentável” do modelo de civilização que nascera na Europa às voltas do sec XVI é plenamente possível, trata-se apenas de encontrar os preços corretos para os serviços e recursos ecossistêmicos. Complementarmente, as inovações tecnológicas se encarregariam de produzir substitutos (perfeitos) para aqueles “recursos naturais” que, por (des)ventura, se tornassem indisponíveis.

Paralelamente, evoluem os estudos da chamada “Economia Ecológica”, sobretudo ao afirmar que não se trata, apenas, de um problema de “valoração” (ainda que o termo mais acertado seja precificação), mas que a este precede uma significativa contradição: encontrar a escala ótima para o sistema produtivo, em virtude de territorializarmos um espaço finito.

O trabalho em tela segue por uma rota distinta das supracitadas. Uma rota que, mesmo com algum embasamento no diagnóstico da Economia Ecológica, ou seja, relativamente fincado nos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

problemas da escala e da velocidade da reprodução do modo de produção, defende que a crise ambiental é mais do que um problema de se alcançar preços ótimos para “bens comuns”, ou escala e velocidade reprodutivas ótimas ao capitalismo. A crise ambiental, com ela o problema das escalas, é uma forma de expressão de uma crise maior, de um modelo de sociedade.

Com esse pano de fundo, o objetivo é aproximar, ainda que em primevos e grosseiros traços, algumas ideias que circundam entre distintas correntes teóricas que tomam lugar na seara do pensamento crítico acerca da forma de apropriação da Natureza no capitalismo. Na reflexão são ligeiramente tangenciados pontos da Ecologia Política, da Ecologia Social e do Ecomarxismo, enquanto esforços teóricos que, embora representem perspectivas particulares, ajustadas cada qual à análise de diferentes aspectos de uma realidade, comungam de pontos em comum, no que toca à natureza da apropriação da Natureza, na sociedade moderna.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. O “Desenvolvimento Sustentável” da Civilização Moderna

A modernidade pode ser descrita a partir de diferentes óticas. No entanto, a mais comumente utilizada – e quiçá aceita – é aquela que a identifica, grosso modo, com a passagem para uma nova concepção de controle, um novo mapa cognitivo, um ideário inaugurado pelo pensamento descartiano, em lugar e superação das instituições típicas da Idade Média. Fundada na autonomia, mas, sobretudo, na superioridade da razão sobre as “trevas” do catolicismo, a modernidade suplanta a lógica da escolástica, para colocar o homem e suas realizações no centro do universo – portanto, numa perspectiva antropocêntrica.

Nesse contexto, conforme sugerimos acima, a Revolução Industrial desponta como ápice das realizações do ideário moderno. À ponto de Hobsbawm (2014) assinalar que se trata da mais radical transformação da vida humana, já registrada em documentos escritos. O desenvolvimento da ciência, por exemplo, aplicada ao mundo dos negócios, que ajudou a dar forte impulso às forças produtivas, concorre para consubstanciar também a ideia de que o homem é senhor, não apenas de si, mas do mundo, que ele é capaz de dominar, transformar a seu bel-prazer. A natureza, assim, passa a lhe servir como mera “fonte de recursos naturais”.

Por essa concepção de controle o modo de produção capitalista evolui, se desenvolve e aprofunda suas raízes, no espaço como nas instituições que lhe embasam e reorientam o sentido da ação humana. Isto, mediante um significado cada vez mais monolítico, tanto, que virá a se fortalecer, na Ciência Econômica, uma escola de pensamento fundamentada num modelo de racionalidade reducionista – por reduzir a escolha humana, praticamente, a um único imperativo: “mais é preferível a menos”.

“A César o que é de Cesar”. Se este pensamento ajudou a trazer grandes conquistas do ponto de vista material, pois, em alguma medida, contribuíra ao avanço das forças produtivas; também é verdade que as repercussões desse avanço não foram apenas positivas. Hoje, o modelo civilizacional que se desenvolvera a partir da produção mercantil não pode deixar de predicar a – alardeada – “sustentabilidade ambiental”, a despeito da pletora material (nem sempre acessível a todos). Talvez



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

por isso, um dos conceitos em disputa mais importantes, atualmente, seja justamente o de Desenvolvimento Sustentável (DS).

Para Veiga (2010), o Desenvolvimento Sustentável é com certeza um dos mais generosos ideais do século passado. Comparável, apenas, ao bem mais antigo anseio por justiça social. Porém, se ambos são valores fundamentais de nossa época, por exprimirem desejos coletivos como a paz, a democracia, a liberdade e a igualdade. O DS é ainda uma noção nebulosa e ambígua, que precisa ser destrinchada. Que requer um exame minucioso dos argumentos científicos disponíveis sobre seus dois componentes: o substantivo “desenvolvimento” e o adjetivo “sustentável”.

São muitas as inquietações e desafios a despontar neste âmbito. E ainda que possa haver alguma dificuldade em observá-las a partir de um ponto de vista único, homogêneo no que diz respeito ao movimento ambientalista, de forma geral todos remetem a uma preocupação com o futuro do *homo sapiens* na Terra. Além do mais, há de se reconhecer o “problema ambiental” enquanto tributário da morfologia social, da estrutura não apenas econômica, mas também política das sociedades. A hierarquia social conta. Os meios pelos quais as elites disseminam seus valores importam, trazem consequências à sociedade e refletem a forma pela qual os recursos naturais – ou “bens comuns” – são administrados. E se o paradigma social dominante é uma ideologia que se alastra embasada em alicerces mecanicistas, existem os que a desafiam, dentre os quais: aqueles que têm argumentado a importância de se incorporar princípios ecológicos na teoria e prática das organizações; mas também os que buscam uma lente analítica diferente daquela que projeta o mundo como uma função linear. (EGRI E PINFIELD, 2001).

Muitas definições de desenvolvimento sustentável podem ser encontradas na literatura. Conquanto a de Drover e Handmer (1992, apud Iyer-Raniga e Treloar 2000) seja peculiar, pois reconhece a natureza evolucionária dos sistemas ecológicos e naturais. Para eles, sustentabilidade significa a habilidade de um sistema humano, natural ou misto de resistir, de adaptar-se a mudanças endógenas ou exógenas, indefinidamente. Desenvolvimento Sustentável, nesse caso, seria um caminho de mudança deliberada que mantém ou aumenta os atributos de um sistema complexo, adaptativo, enquanto responde às necessidades da população presente sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras. De maneira geral, há três conceitos básicos subjacentes a esta definição: (i)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mudança contínua, (ii) incerteza e (iii) interdependência dos sistemas humanos com outros sistemas na biosfera. Com este pano de fundo, Iyer-Raniga e Treloar (2000) exploram alguns princípios da teoria evolucionária para desenrolar uma discussão não apenas acerca de um conceito de DS, mas também, e principalmente, da necessidade de utilização de uma ótica adequada à apreensão do processo inovativo e à construção de políticas públicas focadas na sustentabilidade.

Aos formuladores de políticas públicas, recomendam a utilização de uma lente capaz de colocar no centro do foco analítico – conjuntamente – as três dimensões do Desenvolvimento [Sustentável]: a econômica, a social e a ambiental; indissociáveis conforme já havia sido afirmado no “Relatório Brundtland” (1987). E se não há como tratá-las em separado, na medida em que lança mão de uma abordagem sistêmica, a Teoria Evolucionária absorve maior poder de explicação acerca dos fenômenos socioeconômicos e ambientais, uma vez que os analisa a partir da interação entre seus diversos elementos de forma não-linear. Social, econômico e ecológico são componentes de um único sistema, partes integradas de um todo, e, justamente por isso, se afetam conjuntamente.

Resgatando a acepção seniana, Abramovay (2010) afirma que o DS é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos, em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às nossas sociedades. Ele é formado por uma infinidade de fatores determinantes, mas cujo andamento depende da presença de um horizonte estratégico, arquitetado entre seus diversos protagonistas.

Nessa linha, Özkaynak et al (2004) lembram que operacionalizar um conceito de sustentabilidade em termos de prescrições de política é muito mais problemático do que do que alcançar um consenso acerca deste conceito. Ao apontar diferenças básicas entre as abordagens de economistas “ambientais” e “ecológicos”, principalmente na forma pela qual encaram a “valoração” dos recursos naturais, os autores concluem que a definição de sustentabilidade, sozinha, é incompleta, carece de evidências de como pode ser operacionalizada.

Não obstante, El Serafy (1989) propõe uma forma de se planejar a mudança qualitativa, ao afirmar que o custo de uso de um recurso exaurível, deveria ser calculado, de forma a ser o seu equivalente reinvestido em “ativos” que possam fornecer “renda futura”. Ideia resgatada do trabalho de Daly (1990).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Economía Ecológica: o problema das escalas

Aos que integram a corrente de pensamento da Economia Ecológica, dos quais Georgescu Roegen e Herman Daly despontam, talvez, como os mais reconhecidos, o problema do “Desenvolvimento Sustentável” se resume, praticamente, a uma questão de encontrar a escala ótima do desenvolvimento econômico, haja vista a finitude dos recursos naturais que servem de insumos às atividades produtivas. A rigor, trata-se de um campo de pesquisa que estuda a interdependência e a coevolução de economias humanas com os ecossistemas.

Em seminal texto, Daly (1990) descreve que os conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “crescimento sustentável” tem se tornado muito próximos, um tanto vagos, ao passo que cresce a tendência por tratá-los enquanto sinônimos – embora não o sejam.

Nesse sentido, o primeiro passo para diferencia-los é, obviamente, diferenciar “crescimento” de “desenvolvimento”. Enquanto o primeiro diz respeito a um aumento quantitativo, o outro remete a uma mudança qualitativa nas esferas constitutivas de determinada formação social. Nesses termos, uma economia pode: (i) crescer sem se desenvolver, (ii) se desenvolver sem crescer, (iii) crescer e se desenvolver ou (iv) não se desenvolver e, tampouco, crescer. Desenvolvimento e crescimento são, portanto, termos que designam mudanças de naturezas distintas. Mas, uma economia pode, de fato, se desenvolver sem crescer?

De acordo com Daly (ibid.), sim. É o que acontece quando uma sociedade melhora o padrão de bem-estar da maioria de seus integrantes, mesmo sem aumentar a quantidade de bens (ou mercadorias) que é capaz de produzir: a partir da distribuição de riqueza, por exemplo. Ademais, desde que uma economia humana qualquer seja um subsistema de um sistema maior que a contém, global e finito, o seu crescimento deve apresentar limites – físicos, ao menos. Daí que, mesmo que se reconheça a importância do crescimento econômico para alcançar patamares mais elevados de complexidade e bem-estar sociais, uma economia não pode crescer infinitamente, pois depende dos recursos [naturais] finitos.

No fundo desse raciocínio, repercute o fato de que os recursos “naturais” e “produzidos pelo homem” não podem ser tratados enquanto substitutos perfeitos, mas como complementares, pois



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

não jogam o mesmo papel no processo de transformação. De maneira geral, os “recursos produzidos pelo homem” são utilizados como ferramentas nos processos de transformação dos “recursos naturais”. (DALY, 1990)

Acrescentamos que basta atentar à figura¹ da mola que movimenta a reprodução da sociedade moderna, o capital, para perceber que o modo de produção capitalista funciona a partir de uma lógica expansiva. Ou seja, para que funcione – a contento – deve obedecer a máxima da valorização do valor, sem embargo, assentado no crescimento econômico. Daí o problema: um sistema de lógica expansiva aplicado sobre um espaço finito.

IV. Ecologia Social: a necessária racionalidade ambiental

Talvez seja Murray Boockhin (1999) o responsável por cunhar o conceito de “Ecologia Social”. Conquanto, hoje em dia, o mexicano Enrique Leff seja, provavelmente, o autor mais lembrado nessa temática. No conjunto de suas ideias, destaca-se sobejamente o conceito de “Racionalidade Ambiental”. Em seu trabalho de mesmo nome, Leff (2006) advoga em favor da necessidade da construção de um outro modelo de ação, assente em outra racionalidade, uma concepção de controle distinta daquela que – típica da modernidade – aprofundara as repercussões da humanidade sobre o funcionamento da Natureza.

Para Leff (ibid.), a racionalidade da modernidade fora peça fundamental na construção dos problemas ambientais que enfrentamos. De modo que a crise ambiental é, sobretudo, a de um modelo de racionalidade. Uma forma de interpretar a Natureza calcada na convicção de que o homem é, de fato, capaz de dominá-la, de modificá-la a seu bel-prazer.

Para Gudynas:

Esta perspectiva antropocéntrica tiene muchas implicancias. Por un lado, la Naturaleza es fragmentada en componentes, los que són reconocidos como “recursos”. Por otro lado, la apropiación de esos “recursos” necesariamente exige poder controlar, manipular y poseer el ambiente. Se defienden las posturas que permíten extraerlos, separarlos, traspasarlos, modificarlos. Bajo ese tipo de apropiación, la utilidad discurre por intereses que girán alrededor del beneficio y la rentabilidad. (GUDYNAS, 2015, p. 22)

¹ [D-M....P....M'-D', onde M'>M e D'>D].



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para Leff (2006), o conhecimento, em vez de constituir um conjunto de teorias e formas de organização do pensamento, para o entendimento do mundo, passou a ser uma ordem conceitual orquestrada em um conjunto de artefatos que intervêm e transformam o real, a partir de uma postura que tecnologizou e economizou o mundo. Ressaltamos: em função do lucro, não da satisfação das necessidades ou da emancipação dos sujeitos.

É justamente nesse sentido que um “novo saber” se faz necessário. A crise ambiental deriva da episteme da modernidade, inserida num determinado arcabouço institucional, sobremaneira, na “racionalidade econômica”. Consequentemente, parece lógico que o conhecimento que vise a contestar essa episteme – a construção do “saber ambiental”, na terminologia de Leff (ibid.) –, não pode emergir do desenvolvimento (dentro) das ciências normais, positivistas, mas do seu questionamento, haja vista que ciência normal fornece subsídios científicos à racionalidade dominante – vetor da crise ambiental.

O “saber ambiental” vai se configurar, então, no tecido discursivo da mudança global, na disputa de sentidos, para subsidiar uma nova forma de interpretar o mundo, mais ampla. Daí sua relação necessária com uma sociologia do conhecimento, pois, se o conhecimento atual desemboca na crise ambiental, a superação desta só pode se dar por outra via, por outro conjunto de conhecimentos. Portanto, implica desconstruir os conceitos e métodos de diversas ciências, atentar para processos mais complexos, que coloquem em xeque os conceitos vigentes, da ciência positivista, e, “no jogo”, os interesses de diversas forças sociais, não contempladas por esses conceitos. (LEFF, 2006)

Com efeito, o sentido crítico e estratégico do saber ambiental – complexo – promove novas metodologias para interação dos saberes existentes (acadêmicos, de povos tradicionais...), e induz à construção de novos paradigmas do conhecimento. Assim, abre caminhos para o “desenvolvimento” de possíveis trajetórias “sustentáveis” ao devir histórico. A “racionalidade ambiental”, condutora da “sustentabilidade”, contém um sentido prospectivo, em um processo de transformações históricas e mudanças sociais, no qual a teoria se enlaça a práxis. Daí a sua intenção de – como afirmara Leff (ibid.) – “pensar o impensado”, para além das barreiras da racionalidade hegemônica atual.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Ecología Política: o ecologismo dos pobres

Quando se pretende discutir a respeito dos problemas da crise ambiental, no que toca a suas repercussões sobre os países pobres, parece imprescindível recorrer ao pensamento de Martínez-Alier, mormente no que expôs em “O Ecologismo dos Pobres” (2015). Naquele trabalho, com o intuito de preparar o terreno a sua própria interpretação (o “Ecologismo dos Pobres”), o referido autor inicia por distinguir as diferentes correntes do ecologismo, aglutinando-as em dois grandes grupos, por ele denominados: “Culto ao Silvestre” e “Evangelho da Ecoeficiência”. A rigor, a definição de cada corrente responde por sua vinculação com diferentes ciências ambientais (biologia da conservação, química, ecologia industrial...) e aderência a posições políticas e ideológicas distintas (feminismo, poder de Estado, religião, interesses empresarias...).

Em relação ao “Culto ao Silvestre”, pode-se dizer que não ataca o crescimento econômico enquanto tal. No entanto, coloca em discussão uma ação de retaguarda: a manutenção de áreas intocadas, completamente preservadas da ação humana, daí a defesa de áreas de preservação, reservas ambientais... A Biologia da Conservação fornece sua base científica e, aqueles que advogam em favor da sacralidade da Natureza, acabam por se associar, em alguma medida, a esta perspectiva, associada ao movimento da “ecologia profunda”. Biólogos e filósofos ambientais costumam fornecer o aporte teórico das interpretações. (ibid.)

O “Evangelho da Ecoeficiência” se apresenta como uma corrente que desafia a anterior. Defende o “Desenvolvimento Sustentável” (do capitalismo) e conceitos como o de “capital natural”, por exemplo. Para seus defensores, a Natureza não passa de fornecedora de “recursos naturais”. De acordo com Martínez-Alier, essa corrente de pensamento pode ser entendida como uma “religião da utilidade e da eficiência técnica”. Domina os debates ambientais nos EUA e Europa, a partir de ideias de “modernização tecnológica” e soluções “win-win”. Cientificamente, repousa na Economia Ambiental, ou seja, em encontrar preços corretos para os “recursos naturais” e serviços ecossistêmicos. Portanto, através de mecanismos de mercado, acreditam ser possível “internalizar as externalidades” e, com isso, solucionar o problema da deterioração do meio ambiente. Possuem na Ecologia Industrial, a sua disciplina preponderante. (ibid.)



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Já o “Ecologismo dos Pobres” desafia as duas correntes anteriores. Baseado na ideia de “justiça ambiental” defende que o crescimento econômico traz sérios impactos ao meio ambiente. No entanto, aponta à questão do deslocamento geográfico das fontes de recursos, bem como do descarte dos resíduos. Assesta que países industrializados necessitam de importações de matérias do “Sul” para atender sua demanda crescente por matérias primas e mercadorias. Por exemplo, países como Holanda e Japão possuem uma pegada ecológica maior do que seus ‘próprios pés’ (suas dotações de “recursos naturais”); para manterem seus padrões de consumo, utilizam recursos naturais de outros países, a rigor, dos mais pobres. Ao passo que o grosso da população desses países, empobrecidos, não possui acesso aos mesmos níveis de bem-estar de holandeses e japoneses, ainda que suas reservas naturais sejam crescentemente subtraídas.

Portanto, o eixo central é um interesse material pelo meio ambiente como condição para subsistência. No entanto, de forma que não vise, apenas, o direito de gerações futuras, mas, sobretudo, os direitos dos humanos de hoje, particularmente os pobres. Sua ética nasce de uma preocupação com a justiça ambiental contemporânea, e ajusta foco nos conflitos ecológicos decorrentes do modelo de desenvolvimento hegemônico. Recebe apoio da agroecologia, etnoecologia, economia ecológica e ecologia política, para defender a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento. (ibid.)

Ademais, chama a atenção ao fato do inexorável choque entre economia e meio ambiente não poder ser silenciado pelas esperanças inspiradas – socialmente – numa “desmaterialização angelical”. Além disso, de que o choque vai na direção da transferência dos custos para as partes mais débeis do sistema (mundo), que arcam com um fardo desproporcional, no que toca aos custos ambientais do modelo de desenvolvimento: seja pela exportação de seus recursos naturais, para sustentar o padrão de consumo do centro; seja por absorverem boa parte do lixo produzido, no centro.

Existe, portanto, desigualdade, injustiça no que toca à destruição das “condições de produção”. De acordo com Martinez-Alier (ibid.), os pobres pagam uma conta sensivelmente mais alta.

VI. Ecomarxismo: a segunda contradição do capitalismo e o papel dos “novos” movimentos sociais enquanto agentes da mudança



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A corrente ecomarxista, ou ecossocialista, ganha corpo principalmente a partir das ideias apontadas por James O'Connor (1988), na publicação do seminal “*Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction*”. De maneira geral, ergue-se sobre a tese de uma “segunda contradição fundamental do capitalismo”, instalada entre forças produtivas (e relações sociais) e “condições de produção”. Segundo O'Connor (ibid.), Marx definiu três formas pelas quais estas condições se expressam: (i) “condições físicas externas”, elementos naturais transformados pelo processo produtivo; (ii) “condições pessoais de produção”, a força de trabalho; (iii) “condições comunais”, condições gerais da produção social, o espaço construído, a exemplo da infraestrutura que contribui à circulação capitalista.

The point of departure of an "ecological Marxist" theory of economic crisis and transition to socialism is the contradiction between capitalist production relations (and productive forces) and the conditions of capitalist production, or "capitalist relations and forces of social reproduction" (O'CONNOR, 1988, p. 14).

Os ecomarxistas buscam aprofundamento em um aspecto do capitalismo não investigado, profundamente, por Marx. Engendram esforços para, tanto resgatar [caso de Foster (2014)], como incluir novos aspectos ecológicos [caso de O'Connor (1988), Burket (1995), Lowy (2011)...] nas contribuições teóricas marxianas. Isto, a partir das contradições que o capitalismo produz mediante sua relação com a Natureza, nem tanto a “selvagem”, quanto a “artificial” ou “tecnificada” – aquela transformada pela própria ação humana em seus processos de territorialização.

Segundo O'Connor (ibid.), existem barreiras que são externas ao modo de produção capitalista, mas que se manifestam sob a forma de crises de realização do valor, no interior deste. A teoria marxista tradicional costuma apontar o capitalismo como “montado” em crises, sobretudo de superacumulação, relacionadas à realização do valor e instaladas, a rigor, na relação contraditória entre a esferas da produção e circulação de capital. O supracitado autor acrescenta a possibilidade de existência de “crises de liquidez”.

Estas, também dizem respeito às barreiras antepostas a realização do valor. No entanto, relacionam-se aos obstáculos criados pelo capital no que toca a sua relação com as condições gerais de produção. Como tais condições são externas, mas as crises são de realização do valor, ou seja, internas, O'Connor aponta que o que é específico é a forma de manifestação da contradição, não a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

contradição em si. “Put another way, some barriers are "general" not "specific" to capitalism. What is specific is the way these barriers assume the form of crisis”. (O’CONNOR, 1988, p. 13)

Um ponto central do argumento é a ideia de que nem a força de trabalho, tampouco a Natureza, são produzidas com a respeito à lei do valor. No entanto, ambas se convertem em mercadorias, mediante sua inserção em processos de valorização e acumulação de capital. Outro ponto importante diz respeito aos custos crescentes que a degradação das condições de produção acarreta à acumulação capitalista, ou seja, ao capital como barreira a si mesmo, enquanto responsável pela degradação das condições de sua própria reprodução.

A medida que o capital destrói essas condições, os custos dos processos de valorização incrementam-se. Nesse processo, o que se torna – crescentemente – notável é a ampliação da escassez dos “recursos naturais”, fruto da expansão do consumo produtivo de recursos não renováveis (minerais, petróleo...), mas também pela degradação das condições espaciais-ambientais (solos, águas, cidades...). Com isso, dificulta-se a reprodução do sistema, a expansão do capital. Emergem crises de liquidez, ou de subprodução, associadas à destruição dos valores de uso dos meios de produção.

Assim, o capitalismo engendra, pelo menos, dois tipos de crises. (i) de demanda, relacionada à contradição instalada na relação capital-trabalho. Como consequência do aumento da composição orgânica do capital, o rebaixamento do valor da força de trabalho associado ao avanço tecnológico incorre numa crise de superprodução – de valores que não se realizam. (ii) de custos, relacionada à contradição instalada na relação capital-Natureza. Este tipo de crise decorre da degeneração das condições de produção, como a degradação de solos agriculturáveis ou poluição de rios, que passam a necessitar investimentos cada vez maiores para regenerar-se (quando a regeneração é possível). Portanto, uma crise de subprodução, de destruição de valores – de uso – de meios de produção.

Aos nossos olhos, uma novidade do pensamento ecomarxista, ou pós-marxista de clivagem ecológica, é que a “segunda contradição” remete a uma crise típica da era pré-capitalista, de subprodução, levantada pelo próprio movimento do capital. É como se o avanço capitalista incorresse num retrocesso a partir de determinado ponto².

² Retrocesso por recriar situações análogas às que se verificavam na era pré-capitalista, por exemplo, quando uma má colheita seria estopim de uma crise.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para O'Connor (ibid.), abrem-se duas diferenças entre o marxismo tradicional e o ecomarxismo, no que diz respeito ao devir histórico. Primeiro, haveriam duas, e não uma única rota para uma sociedade pós-capitalista. Além daquela levantada pelo marxismo tradicional, da socialização dos meios de produção, vislumbra-se outra, relacionada à socialização e uso mais democrático do espaço, isto é, das condições de produção. Segundo, o agente da mudança, ademais da classe trabalhadora, inclui o que o autor chama de “novos movimentos sociais”: forças sociais aglutinadas em torno da luta por uma apropriação mais ecológica, justa, transparente e democrática das condições de produção (terras, espaços urbanos, bosques, solos, rios, aquíferos, reservas minerais e petrolíferas...). Na seção seguinte encontram-se expostos breves dados que ilustram a deterioração dessas condições, sobretudo no que toca à força de trabalho e à terra.

VII. À guisa de conclusão: ligeiro retrato da degradação das condições de produção

Em 2011, um relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), intitulado “*State of the World's Land and Water Resources for Food and Agriculture*” (2011), apontou que 25% dos solos agriculturáveis do planeta estavam degradados. Problema derivado, sobretudo, das práticas agrícolas típicas da chamada Revolução Verde, que, dentre outros efeitos, causam erosão hídrica e eólica, perda de matéria orgânica, compactação do solo superficial, salinização e poluição, além de perda de nutrientes. Em outro estudo, “*Status of the World's Soil Resources*” (2015), assinala que a degradação alcançou um terço dos solos. Além de comprovar que a destruição das condições gerais avançara, ressalva que isso deve trazer consequências desastrosas para a produção de alimentos, já nas próximas décadas. (FAO; 2011, 2015)

Em relação a água, um relatório da ONU (2015) afirma que 748 milhões de pessoas não têm acesso a fontes de água potável e que, a cada ano, morrem, no planeta, cerca de 1,8 milhões de crianças, como consequência direta da falta de saneamento básico. Para além desses dados, que sugerem a barbárie civilizatória, o estudo estima que as reservas hídricas planetárias podem reduzir-se em 40%, até 2030: a crise hídrica tende a se aprofundar, especialmente em regiões como Oriente Médio e África Subsaariana.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Quanto àquilo que poderíamos chamar de “distribuição funcional dos recursos hídricos”, destacamos que, mundialmente, cerca de 70% da água tratada destina-se às atividades do agronegócio (FERNÁNDEZ-JÁUREGUI, 2005). Ademais dos sérios problemas ambientais, ressaltamos os efeitos da natureza da apropriação sobre o aumento da desigualdade: no Brasil, reconhecido mundialmente pela força de seu agronegócio, cerca de 30% da riqueza se encontra nas mãos de apenas 1% da população – de acordo com recente estudo liderado por Piketti³.

No tocante ao ritmo da atividade econômica, o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2017) prevê para 2018 uma fraca expansão da economia mundial: 3,7%. Em relação aos países de capitalismo maduro (desenvolvidos) o crescimento econômico deve ficar em torno de 2,1%. Nas regiões periféricas, como América Latina e Caribe (1,2%), Oriente Médio (2,6%) e a África Subsaariana (2,6%), o problema é ainda maior, haja vista a persistência de significativas taxas de pobreza – realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo, de acordo com o Banco Mundial.

Ademais, o número de desempregados cresce. Para o período 2017-18, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a taxa de desemprego mundial passe de 5,7% para 5,9%, um acréscimo de aproximadamente 6,1 milhões de pessoas, e um preocupante saldo de 203,8 milhões de desempregados em 2018. A situação é ainda mais grave em regiões pobres, como América Latina e Caribe (8,4%) e África Subsaariana (7,2%) – com destaque negativo para África do Sul (26%). (OIT, 2017)

Suscintamente, os dados acima levantam exemplos de degradação das condições de produção, mediante sua relação com o capital. A crescente degradação dos solos, a fatal falta de saneamento básico e a persistência exasperante da pobreza e do desemprego involuntário nos obriga a reconhecer o argumento da corrente ecomarxista: da segunda contradição fundamental do modo de produção capitalista, especialmente no que toca à força de trabalho e à terra.

Ademais, nos impele a reconhecer – sobretudo quando olhamos os dados que ilustram o baixo dinamismo econômico – que o capitalismo, a maneira hegemônica pela qual reproduzimo-nos enquanto civilização, claudica. Nessa linha, entendemos que a corrente ecomarxista se alia ao pensamento de ecologistas políticos (injustiça ambiental), economistas ecológicos (escala da

³ <http://wid.world/wid-world/>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

reprodução) e ecologistas sociais (modelo de racionalidade) para engrossar o coro no argumento de que o modelo de civilização atual, que se desenvolvera sobremaneira com a modernidade, está em crise, e de que a crise ambiental é um aspecto a mais dessa realidade – preocupante.

Desenvolvimento Sustentável, à feição capitalista, portanto, ressoa um oxímoro. Contudo, isto não significa que este conceito não possa ser reapropriado, ressignificado e aproveitado para aglutinar forças progressistas em torno de uma ideia guia: orientar a rota do devir histórico na direção de uma sociedade pós-capitalista, mais sustentável de fato; nesse sentido, o papel dos movimentos sociais parece central.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Bibliografía

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil?** Novos Estudos 87, p. 97-113, 2010

BOOKCHIN, M. **La ecología de la libertad: La emergencia y la disolución de las jerarquías.** Madrid: Nossa y Jara, 1999.

BURKETT, P. **Capitalization Versus Socialization of Nature.** CSN , v. 6 (4), Dec. p. 92-100, 1995.

DALY, H.E. **Toward some operational principles of sustainable development.** Ecological Economics, v.2, p. 1-6, 1990.

EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. **As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente.** In: CLEGG, S.T.; NORD, W.R.; HARDY, C. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001, v.1

EL SERAFY ET AL. **Environmentalc countingf or sustainabled evelopment:** selected papers from joint UNEP World Bank workshops. 1989.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **The state of the world' s land and water resources for food and agriculture (SOLAW).** London, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/017/i1688e/i1688e00.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Status of the World's Soil Resources.** London, 2015. 252 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5199e.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FERNÁNDEZ-JÁUREGUI, Carlos A. **El agua como fuente de conflictos: Repaso de los focos de conflictos en el mundo.** UNESCO, 2005. 17 p. Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/phi/biblioteca/files/original/7e9f775c1f72b80c1a02d0e5a1b9cce0.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

FOSTER, J.B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

GUDYNAS, E. **Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

HOBBSAWN, E.J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forensse, 2014

IYER-RANIGA, U.; TRELOAR, G. **A context for participation in sustainable development**. Environmental Management, Oxford, v. 13, n.4, p. 349-361, oct. 2000.

LEFF, E. **A construção da racionalidade ambiental**. In: LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 221-275.

LÖWY, M. **Ecosocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista**. Buenos Aires: El Colectivo – Herramienta, 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2015.

O'CONNOR, J. **Capitalism, Nature, Socialism: A theoretical Introduction**. CNS1, Fall, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Water for a sustainable world. World Water Development Report 2015**, Paris, 2015. 139 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002318/231823E.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **World Employment and Social Outlook - Trends 2017**. Geneva, 2017. 55p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

OZKAYNAK, B; DEVINE, P.; RIGBY, D. **Operationalising strong sustainability: definitions, methodologies and outcomes**. Environmental Values 13, p. 279-303, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, J. E. da. **O principal desafio do século xxi**. *Ciência e Cultura* (on line), v. 57. n. 2, p. 4-5, 2005.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.